

A FORMAÇÃO DO EDUCADOR E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CURSO DE PEDAGOGIA

RAMOS, Elisabeth Christmann – UFPR
lis_ramos@hotmail.com

FELLINI, Cristiane – UFPR
F_krika@yahoo.com.br

Área Temática: Educação: profissionalização docente e formação
Agência Financiadora: Não contou com financiamento

Resumo

O presente trabalho é o resultado parcial de uma pesquisa desenvolvida no Programa de Iniciação Científica da UFPR, e objetivou investigar junto aos alunos do curso de Pedagogia, como e se os temas ambientais estão inseridos no currículo deste curso; analisar como os futuros educadores e professores estão sendo preparados para lidar na sua vida profissional com as questões ambientais. Visou ainda analisar se é possível perceber mudanças na compreensão dos temas ambientais em geral e da educação ambiental em particular no processo de formação destes alunos. A fundamentação teórica está apoiada em autores que discutem o tema, dentre eles, Carvalho (2000), Sauvé (1997) e Loureiro (2004). Os dados foram coletados junto aos alunos dos primeiros e quartos anos do curso de Pedagogia da UFPR, por meio de questionários com perguntas abertas e fechadas. Os resultados apontaram que a visão inicial dos alunos referente ao tema pesquisado se mantém até o final do curso, sendo que a maioria dos alunos não teve contato com os temas ambientais e de educação ambiental nas disciplinas cursadas no curso de Pedagogia.

Palavras-chave: Formação docente, Educação, Educação Ambiental

Introdução

Há mais de quatro décadas, em diferentes lugares do mundo, as sociedades têm discutido a cerca da necessidade de inserção das questões ambientais no âmbito educacional e, conseqüentemente, a formação dos professores voltada para estas questões também têm sido discutidas, ainda que timidamente.

O ápice do debate ambiental e dos movimentos ambientais aconteceu no final da década de 60 do século passado, quando o discurso ambiental oficial ganhou força e as políticas públicas se voltaram para estas questões. Os debatedores desejavam medidas e soluções que pudessem fazer do discurso uma prática. Foi então que a educação passou a ser

vista como meio essencial para uma política efetiva de conscientização e compreensão da população sobre a crise ambiental presente no mundo.

A expressão Educação Ambiental foi criada em 1965, em uma Conferência de Educação realizada na Universidade de Keele, na Inglaterra. Mas somente em Estocolmo, no ano de 1972, com a Conferência Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano, promovido pela ONU, essa expressão atingiu proporções mundiais, indicando a necessidade de implantação desse tipo de educação nos currículos escolares.

Contudo, o grande marco da institucionalização da educação ambiental em nível mundial foi a primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, realizada em Tbilisi, 1977, na qual foram definidos os seus princípios, finalidades e objetivos.

No Brasil, o ambientalismo surgiu tardiamente, e alguns acreditavam que era um modismo passageiro ou um romantismo da época. Entretanto, desde meados dos anos 80 do século XX a inserção da educação ambiental nos currículos escolares tem sido proposta, e mais recentemente ela passou a fazer parte como tema transversal dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Porém, o que se tem percebido na prática é que ela de fato não acontece nas salas de aula, ou se acontece, é abordada de forma pragmática e desprovida de criticidade. Muitos se detêm a culpar o fracasso dessa prática a uma explicação superficial como, descaso do professor, ou da escola. Entretanto, tal questão revela um problema muito mais complexo. A hipótese que levantamos aqui é de que este fato pode estar relacionado à maneira como os educadores estão sendo formados. Ora, se professores não estão atuando conforme esperado, resta saber se eles estão sendo formados de acordo com o que se espera deles. Parece não ser suficiente mudar a escola, e os seus currículos, se não se modificar, também, a formação do futuro professor.

A expansão do debate ambiental em níveis mundiais não representa consenso global de princípios e perspectivas sobre o meio ambiente e muito menos sobre a educação ambiental. Sabemos que a proposta aprovada nos Parâmetros curriculares Nacionais é de trabalhar o meio ambiente como tema transversal. No entanto, observa-se que, embora muitas vezes bem intencionadas, as práticas educativas desenvolvidas ao longo dos anos no campo ambiental não têm contribuído para as mudanças necessárias na sociedade. Uma nova forma de educação deve ser introduzida para que não ocorra a reprodução da realidade social e sim a sua transformação. O contraponto necessário é a prática de uma Educação Ambiental crítica, emancipatória, capaz de influir na mudança dos paradigmas da sociedade moderna.

Investigar a formação de professores representa a possibilidade de alertar para o fato de que o fracasso na institucionalização da Educação Ambiental acontece no alicerce de sua organização e constituição, o que induz a indagação: como se pretende conscientizar e emancipar a sociedade se àqueles a quem é atribuída uma parte dessa tarefa não estão sendo formados e preparados para tal incumbência? Neste sentido, entende-se que esta pesquisa pode contribuir para provocar o debate e reflexões sobre essas questões, desafio que se impõe para os profissionais diretamente envolvidos com o ensino.

Educação Ambiental para que?

A relação entre educação e meio ambiente tem repetido as ligações historicamente construídas entre o ser humano, a natureza e ciência. Neste caso, se for tomado como premissa a idéia de que a crise ambiental veio colocar em pauta a revisão dos valores e dos paradigmas da ciência moderna, expondo o conflito da relação ser humano-natureza, então é preciso analisar de que modo esta relação é concebida, e como isso ocorre nas ações cotidianas, isto implica, também, avaliar as bases pedagógicas que orientam as práticas educacionais.

Atualmente, a incorporação do meio ambiente à educação limita-se, em grande parte, à internacionalização dos valores de conservação/preservação da natureza e à mudança de comportamento individual das pessoas. Tendência essa que se manifesta não só nas instituições de ensino, como também na sociedade que responde com uma atitude conformista no que se refere aos problemas ambientais; e tudo não passa de intenções, quando o discurso é o limite da ação. A esta atitude soma-se uma preocupação – quase exclusiva – em disseminar atividades voltadas ao “como fazer,” nem sempre considerando a possibilidade de transformação no processo educativo e nas relações entre a sociedade e a natureza e dos homens entre si.

Se, por um lado, é possível questionar o papel da escola no contexto atual para a formação de uma nova ética “ecológica”, de um novo conceito de “natureza”, de um novo paradigma; por outro lado, é preciso considerar as necessidades da sociedade que são trazidas para o espaço pedagógico. São imposições que obrigam a escola a estender o seu campo de conhecimento e atuação, caso ela se proponha a contribuir com soluções dentro de uma

sociedade cada vez mais fragmentada em seu tecido social e político. Qual é a tarefa da educação neste contexto?

A questão que, talvez, necessita ser claramente formulada é: para onde a educação atual conduz? Numa sociedade globalizada, pluralista, marcada pela desigualdade social, onde valores e interesses se chocam, que forma deverá tomar o sistema educacional? Como e para que educar o educador, em face das novas demandas da sociedade?

Toma-se como ponto de partida que a dimensão ambiental na educação é, antes de tudo, uma questão da educação geral que não pode ser apresentada como uma nova disciplina, ou ser desenvolvida por apenas uma das áreas do conhecimento e, tampouco, ser tratada como uma educação especial.

Neste caso, para o enfrentamento pedagógico da crise, é preciso dedicar-se tanto sobre a reflexão crítica das causas das questões ambientais como sobre as suas raízes, trabalhando, simultaneamente, no sentido de contribuir para provocar mudanças culturais, políticas, éticas e sociais. Em outras palavras, é insuficiente a idéia predominante de que a crise ambiental é uma questão apenas de conservação/preservação do meio ambiente como sugere a abordagem naturalista (RAMOS, 2006). Há que se considerar, também, os aspectos de ordem política e neste caso, pensar que a dimensão ambiental na educação tem muito mais a ver com uma consciência crítica, do que com uma mera consciência ecológica, muitas vezes ingênua. A questão ambiental é de natureza política, porque envolve facetas de poder, disputas entre atores sociais que lutam tanto pelo acesso, uso, e abuso dos recursos naturais, bem como a responsabilização dos danos e riscos ambientais que, na prática, significa a disputa pelo direito de poluir e pelo dever de cuidar. A educação tem, pois, segundo a perspectiva assumida, um significado político e ético.

Os problemas ambientais, de extensão e gravidade crescentes, levaram a humanidade a repensar suas ações e modo de vida, baseados em uma relação com a natureza depredatória e insustentável. E, certamente o campo educativo tem um papel importante e pode contribuir para a alteração dessa situação. Considerando esta possibilidade, nas últimas décadas espalharam-se pelo país e pelo mundo discussões e propostas a respeito da Educação Ambiental, cuja premissa básica para esse trabalho, lembrando Carvalho (2000) é a necessidade de que ele não se reduza à dimensão de conhecimentos, mas envolva também a dos valores e da participação política.

Segundo a autora citada, por meio de uma ação educativa abrangente, deve-se buscar articular tanto conhecimentos de caráter interdisciplinar como concepções e valores a serem identificados e revistos, subsidiando propostas que levem à construção de uma sociedade ambientalmente responsável. Este é o desafio instaurado, se for levado em conta que a questão ambiental assinala a necessidade urgente de mudança de visão de mundo e de viver no mundo.

As tentativas de concretizar essas propostas, contudo, esbarram em alguns problemas. Aliada ao fato da Educação Ambiental ser um tema relativamente recente, em termos de sua inclusão nos programas de formação docente, aparecem as dificuldades de o professor lidar com uma proposta de educação abrangente como sugerido.

Por outro lado, também é fato que a presente crise ambiental, assim como os debates sobre as medidas e soluções propostas, sejam elas políticas, econômicas ou educacionais são discutidas sob diferentes perspectivas e olhares. Mas, sobretudo, a sociedade atual é ainda prisioneira de uma visão de natureza dual fundamentada no velho mecanicismo, cujo domínio científico da natureza provocou, ao longo dos tempos, o distanciamento dos seres humanos da natureza. Para Soffiati (2002, p.36),

A presente crise ambiental da atualidade origina-se de uma concepção antropocêntrica, instrumentalizadora e utilitarista da natureza, cujas raízes remotas situam-se na tradição judaico-cristã, que constitui o substrato dos paradigmas humanista e mecanicista, formulados na Europa. Essa concepção tanto é o resultado complexo do capitalismo em ascensão como também é responsável pela revolução tecnológica eclodida no final do século XVIII, na Inglaterra.

Essas posições geraram ao longo dos tempos diversificados modos de interpretar e entender o mundo, assim como, têm fundamentado as concepções de educação, de meio ambiente, de natureza e de educação ambiental que orientam o nosso fazer pedagógico. Exemplos disso são as diferentes propostas que orientam o trabalho e atividades de educação ambiental no ensino formal e não formal como a naturalista, biologicista ou ecologista, que restringe o conceito de meio ambiente aos ecossistemas e aos recursos naturais. Essa perspectiva não considera o meio ambiente como resultado das relações dos seres humanos entre si e com a natureza, reforçando uma visão de educação ambiental que coloca o homem como um vilão da crise ambiental, cuja proposta para resolver os problemas ambientais se concentra na explicação das causas e conseqüências da degradação ambiental.

Para Gouvêa (2006, p. 27), o fato dos professores trabalharem a educação ambiental principalmente pelo viés ecológico pode estar relacionado, primeiramente, com a formação do

professor, já que esta vem se desenvolvendo com forte componente fragmentador, o que direciona uma prática também fragmentada. O outro aspecto a considerar está relacionado com a perspectiva puramente preservacionista com que as questões ambientais historicamente são tratadas, tanto por algumas correntes do ambientalismo quanto nas propostas pedagógicas elaboradas e divulgadas pela mídia, pelos livros didáticos e pela legislação ambiental e educacional brasileira.

Layrargues (2004) explicita que a pura transmissão de informações a respeito dos processos ecológicos, na perspectiva de “conhecer para preservar” é absolutamente insuficiente para a promoção de uma educação que se pretenda crítica e transformadora.

Em oposição a essa perspectiva naturalista, há também a perspectiva pragmática que veio contrapor de forma radical essa visão do ambientalismo. Sobre isso, diz Loureiro (2004, p. 43):

Nesse pragmatismo reinante, exterioriza-se a realidade e coloca-se a solução exclusivamente no domínio tecnológico e na vontade de querer fazer e resolver (posicionamento moral) reduzindo a complexidade e a radicalidade paradigmática introduzida pelo ambientalismo.

Segundo esta corrente de educação ambiental, o meio ambiente é o ponto de partida, mas percebido como problema. Para isso, tende-se a uma educação informativa, que leva a população informações sobre os problemas ambientais a fim de modificar os comportamentos supostamente entendidos como a causa da degradação ambiental. Os projetos educacionais, nesta perspectiva, têm o objetivo de analisar as situações problemas, a fim de diagnosticá-las e solucioná-las. Ainda segundo o autor, a perspectiva pragmática está amplamente presente no meio educacional, “cujo exemplo mais evidente se dá no processo de reformulação dos cursos superiores, no qual encontramos posicionamentos favoráveis à redução do tempo de duração dos cursos, pautados na diminuição de oferta de disciplinas humanísticas” (LOUREIRO, 2004, p. 43). Esta perspectiva, para o autor, está preocupada com o resultado, com a velocidade e custo benefício das soluções, ou seja, a formação está voltada para o mercado de trabalho, o que não privilegia o sujeito e sua formação. Dessa forma, se tem uma educação cada vez menos emancipadora e crítica, com sujeitos menos reflexivos e conscientes e menos preocupados com as questões ambientais.

O que se pretende destacar com estas considerações é primeiro, que a idéia de se considerar a natureza ou o ambiente como algo a ser reverenciado em face do seu valor

educativo é uma constante que se repõe, seja de forma explícita ou não, nos programas educacionais (SAUVÉ, 1997).

Por outro lado, também é importante que se tenha claro, recorrendo a Loureiro (2004, p. 23), que

... educar sem clareza do lugar ocupado pelo educador na sociedade, de sua responsabilidade social, e sem a devida problematização da realidade, é se acomodar na posição conservadora de produtor e transmissor de conhecimentos e de valores vistos como *ecologicamente corretos*, sem o entendimento preciso de que estes são mediados social e culturalmente.

Ao defender uma educação ambiental crítica e emancipadora é preciso ter claro que as relações construídas por uma sociedade estão permeadas por conceitos e valores que compreendam as estruturas sociais, culturais, políticas e econômicas. Assim, não podemos desconsiderar que as propostas educacionais inseridas na interface dos problemas socioambientais fazem parte do macrossistema social, e estão subordinadas ao contexto de desenvolvimento existente que condiciona sua direção pedagógica e política. Contudo, convém frisar que quando nos referimos à educação ambiental, nesta pesquisa, a situamos num contexto mais amplo, o da educação para a cidadania, configurando-se como elemento determinante para a consolidação de sujeitos comprometidos e responsáveis com seu entorno.

Análise dos dados e resultados

O levantamento dos dados da pesquisa foi feito por meio de questionários contendo questões abertas (descritivas) e fechadas (múltipla escolha). As questões abordaram situações de ordem pessoal do aluno, sem revelação de nomes, bem como, questões de ordem conceitual, como concepções de meio ambiente, educação ambiental e problemas relacionados à questão ambiental. Os questionários foram aplicados em sala de aula, a 87 alunos das turmas dos anos iniciais e 43 dos alunos de últimos anos do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Paraná (matutino e noturno), no período de 18 de março á 18 de abril de 2008.

A análise dos dados permitiu constatar que 48% dos alunos dos anos iniciais ingressam na universidade com a noção e expectativa de que a Educação Ambiental (EA) é uma área do conhecimento que visa transmitir conhecimentos sobre o meio ambiente, natureza, recursos naturais e problemas ambientais, a fim de se obter consciência sobre atitudes de preservação; 16% dos alunos relataram que a educação ambiental deve educar para

o respeito e cuidado com a natureza e a vida. Essa perspectiva se mantém até o final do curso, com a maioria, 56%, respondendo a questão, baseada nessa visão de educação ambiental; sendo que ainda 16% consideram a EA como responsável por tratar de problemas ambientais e o comportamento do homem perante eles. Algumas respostas revelaram que uma pequena parcela dos estudantes do último ano possuem a noção de que a EA, além de ser uma atitude individual de reflexão sobre o meio ambiente, é, também, parte de um processo de formação humana, como se pode perceber na resposta de um dos alunos de pedagogia do último ano ao ser indagado em questionário aberto sobre o que entende por EA: “a EA está ligada a concepção de educação que se tem, não é possível pensar como algo isolado ou a parte do processo de formação. Neste sentido trata-se de possibilitar ao aluno uma visão e postura crítica de mundo e sobre si mesmo e sua ação sobre o ambiente nos aspectos políticos sociais e econômicos.”

Partindo do pressuposto de que a visão de EA relaciona-se a concepção de meio ambiente verificou-se que 31% dos alunos do primeiro ano definem meio ambiente como sinônimo de natureza, sendo que 2% dos alunos do último ano têm a mesma opinião, e 16% (dos alunos iniciais e finalistas) consideram o meio ambiente o conjunto da fauna, flora e os recursos naturais de um modo geral. Para 40% dos alunos do último ano, o meio ambiente compreende o espaço onde vivemos.

Para completar esses dados buscou-se identificar os meios pelos quais os alunos adquiriram tais conhecimentos. Verificou-se que os conhecimentos dos alunos dos anos iniciais sobre o tema são oriundos de sua formação no ensino médio e fundamental, sendo que a maior parte desse conhecimento foi obtido por meio de programas televisivos, ou seja, pelos meios de comunicação de massa. Ainda se pode verificar que 15% dos alunos que adquiriram seus conhecimentos no ensino médio apontaram, primeiramente, a disciplina de biologia e em segundo lugar a de geografia como transmissoras de tais conhecimentos. Dentre as disciplinas do ensino médio, ainda foram citadas as disciplinas de química, história e física, mas em proporções bem menores. Porém, em questionário fechado (com alternativas fornecidas pelos pesquisadores), no qual os alunos ficam altamente sugestionáveis, os alunos foram indagados quanto à concepção de educação ambiental necessária para a formação do professor e pedagogo. A resposta mais assinalada (43%) foi “compreender que o meio ambiente está relacionado com as dimensões históricas, culturais, políticas, econômicas e sociais e, não somente com os recursos naturais”. Ou seja, a resposta contradiz os dados levantados

anteriormente sobre concepção de meio ambiente, o que sugere que os alunos não tem clareza dos conceitos pesquisados.

Ao analisar a questão que aborda a opinião dos alunos sobre os problemas ambientais atuais, constatou-se que os principais problemas elencados, tanto dos alunos finalistas quanto dos primeiros anos foram justamente os mais divulgados pela mídia, ou seja, desmatamento, aquecimento global, lixo e em primeiro lugar, a poluição em geral. Percebe-se que estes últimos dois problemas são aqueles mais perceptíveis e incômodos para população, o que também sugere que essa interpretação está relacionada com os meios pelos quais os alunos obtém informações sobre o tema. É relevante salientar que, nessa questão, 14% dos alunos finalistas consideraram como problema ambiental a falta de conscientização e comprometimento socioambiental das pessoas, embora eles não se enquadrem diretamente entre elas.

Com relação aos alunos finalistas do curso, foi possível perceber que eles também, em maioria, adquiriram o conhecimento sobre os assuntos analisadas através dos meios de comunicação (televisão, imprensa, campanhas, Internet). Dos 40% que afirmaram ter sido durante o curso, 65% afirmaram que os temas foram trabalhados na disciplina de Metodologia do Ensino de Ciências, Biologia Educacional e Metodologia do Ensino da Geografia. Entretanto, também foi possível perceber que as respostas variavam de acordo com as turmas investigadas, mostrando que isto tinha relação direta com o professor de cada turma, portanto, a abordagem ou não dos temas ambientais e da Educação Ambiental está na dependência da opção pessoal de cada professor e não especificamente do programa das disciplinas ou currículo do curso, por isso, em algumas turmas, as respostas dadas, ainda que não na sua totalidade foram positivas ao trabalho com a EA e questões ambientais. O que, de certa forma, comprova a idéia de que ainda são as disciplinas consideradas “afins” que trabalham com os temas ambientais. Por outro lado, foi importante perceber que todos os alunos consideram importante a abordagem destes temas para a formação do educador e são favoráveis a inclusão do tema no curso de pedagogia.

Considerações finais

A contribuição dessa investigação no campo de formação docente aponta e reforça a necessidade urgente de inclusão dos temas ambientais e da Educação Ambiental nos cursos de

formação dos profissionais da educação. Por outro lado, pode-se perceber também que existe uma fragilidade tanto na formulação dos procedimentos e conteúdos relativos ao tema, quanto à proposição dos temas quando trabalhados. E se há poucos alunos relatando o contato com esse tema é porque há poucos se propondo a essa discussão na universidade.

Embora os resultados obtidos apontem que o tema ainda é pouco trabalhado no curso de Pedagogia, acredita-se que o objetivo dessa pesquisa foi conquistado se nos centrarmos na possibilidade que o mesmo encerra para provocar o debate e a reflexão sobre os problemas apontados. Se, é possível perceber falhas, também é possível constatar, segundo a visão dos alunos, que há o reconhecimento da importância da EA e dos temas ambientais na formação do educador e pedagogo.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, L.M. **Educação ambiental e a formação de professores**. Brasília: COEA/MEC, 2000.

GOUVÊA, G. R. R. **Rumos da formação de professores para a Educação Ambiental**. Educar. Curitiba: Editora da UFPR, n. 27. 2006.

LAYRARGUES, P. P. (coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

LOUREIRO, C. F. B. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.

RAMOS, E. C. **A abordagem naturalista na educação ambiental**. Uma análise dos projetos ambientais de educação em Curitiba. Florianópolis, 2006. 232 f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas), Universidade Federal de Santa Catarina.

SAUVÉ, L. Educação ambiental e desenvolvimento sustentável: uma análise complexa. **Revista de Educação Pública**, vol. 6, n 10, jul-dez, Mato Grosso: UFMT, 1997.

SOFFIATI, A. Fundamentos filosóficos e históricos para o exercício da ecocidadania e da ecoeducação. In: LAYRARGUES, P. et al. **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2002.